

Uso e Ocupação do Solo em Áreas de Proteção Permanente de Reservatórios Artificiais

Juliete dos Santos(1); Leandro Antonio de Oliveira(2); Maria Ediney Ferreira da Silva(3)

(1)Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL; Arapiraca, Alagoas; juhlietesantos1@hotmail.com;

(2)Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL; leo.spfc01@hotmail.com;

(3)Doutoranda em Geografia pela Universidade de São Paulo-USP; maredy08@gmail.com.

Resumo

O presente trabalho levanta uma discussão referente ao Uso do Solo em Áreas de Preservação Permanente - APPs de reservatórios artificiais, tendo como aporte as disposições legais que regem tais áreas, correlacionando-as com o planejamento urbano que atinge a região que compreende o entorno do Lago da Perucaba Antigo Açude do DNOCS no município de Arapiraca-AL. Desse modo, busca-se também fazer-se uma análise das políticas públicas locais que visam à ocupação da região para diversos fins, através de um processo de revitalização que compreende a região em estudo. O objetivo principal é identificar as ações sobre o uso e ocupação do solo apresentando as atividades socioeconômicas existente no local, através do relato do contexto histórico que envolve a região em face de uma revitalização que na verdade trata-se de uma reestruturação da mesma, que passou por um processo de degradação mediante seu abandono. O presente trabalho pretende também avaliar a não adequação e descumprimento da legislação vigente, mediante o uso e as políticas de planejamento urbano e parcelamento do solo do município de Arapiraca. Para tal, fez-se necessário munici-se de fontes bibliográficas referentes à temática, bem como pesquisa de campo.

Palavras-chave: Disposições Legais. Planejamento Urbano. Revitalização.

Abstract

This work up a related discussion on Land Use in Permanent Preservation Areas - APPs artificial reservoirs, with the contribution the legal provisions governing such areas, correlating them with the urban planning that affects the region comprising the surrounding Lake Perucaba the Old Weir DNOCS in the city of Arapiraca-AL. Thus, it seeks to also make an analysis of public policy aimed at the occupation of the region for various purposes, through a revitalization process comprising the region under study. The main objective is to identify the actions concerning the use and occupation presenting the existing socio-economic activities on site, through the historical context of the story involving the region in the face of a revitalization that in fact it is a restructuring of the same, which He underwent a process of degradation by its abandonment. This study also aims to evaluate the inadequacy and non-compliance with current legislation, through the use and urban planning policies and land subdivision in the city of Arapiraca. To do this, it was necessary municie up literature sources related to the theme, as well as field research.

Keywords: Legal provisions. Urban planning. Revitalization.

INTRODUÇÃO

A preocupação recorrente com o Planejamento Urbano referente à questão ambiental é uma vertente que vem crescendo e tomando força mediante as preocupações ambientais e devido à dificuldade de associação entre ambas. Ou seja, o chamado Planejamento Ambiental entendido por Santos (2004) “como o estudo que visa à adequação do uso, controle e proteção ao meio ambiente, além do atendimento das aspirações sociais e governamentais expressas ou não em uma política ambiental” é visto como algo de grande dificuldade para sua real efetivação, pois, um planejamento, pautado na questão ambiental, levando em consideração aspectos econômicos e sociais requer uma gama de ações conjuntas que mostram-se quase que impraticáveis e de difícil conjuntura, adivinhas dos emaranhados que norteiam tais práticas comumente nomeada de desenvolvimento sustentável.

Santos (2004) enfatiza ainda, que tal “planejamento voltado a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável é por enquanto, mais um ideal utópico do que um paradigma atual, mais uma palavra da moda do que um conceito usado”. Isso se reflete nas ações das políticas urbanas, sejam elas de parcelamento ou planejamento do território urbano, adotadas pelo poder público local, que determina a utilização de ambientes naturais que necessitam de preservação, como áreas de interesse urbano. Nossa evidencia, é o caso da APP no entorno do Lago da Perucaba na cidade de Arapiraca-AL, sendo passível de intervenção mediante o pretexto de recuperação da área sem se preocupar com o cumprimento da legislação ambiental em vigor.

Ao propor como enfoque deste trabalho uma correlação entre o uso e ocupação do solo em APPs de reservatórios artificiais com a legislação vigente, procura-se identificar os fins a qual é dado essas áreas pelo poder público local, sendo esse o responsável pelo planejamento urbano do município, tendo em vista não somente a importância do sistema antrópico em questão (barragem), mas também todo o contexto histórico pelo qual o referido ambiente passou, associando as atuais demandas e apropriações que se faz no local, sendo esse um espaço de relevante importância local, mediante a implantação de medidas que visam à recuperação da área.

Assim, além de avaliar a não adequação das políticas de ordenamento territorial e parcelamento do solo urbano com a legislação que define as APPs de reservatórios artificiais, o presente trabalho destaca também a importância da área no contexto municipal e para a comunidade local, com vistas à realização de um diagnóstico sobre o destino dado a região, buscando através da identificação destes, analisar o aspecto sócio ambientais envolvidos, avaliando as variáveis diretas e indiretas que compreende esse processo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada para o desenrolar de tal pesquisa consiste no levantamento de subsídios que proporcione sua realização, como fontes bibliográficas referentes a temática a qual destina-se e um levantamento e manuseamento de dados, bem como análise das leis ambientais que regem a região. A uma grande carência e divergência em relação a dados sobre o estado de Alagoas e Arapiraca não foge à regra, sendo tal fato um dos principais motivos para a realização desse trabalho.

Contudo, a região em estudo foi alvo de alguns estudos, que destinaram seus esforços para analisar a qualidade da água para a prática da balneabilidade, além de analisar o regime de cheias da bacia do Rio Perucaba com ênfase na cota de inundação do Lago. Este trabalho, tem por objetivo analisar as relações entre a Legislação Ambiental e o Planejamento Urbano. Nas fases iniciais, merece destaque as seguintes atividades: coleta de informações em órgãos oficiais, análise de documentos históricos e da legislação ambiental (federal, estadual ou municipal) vigente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O crescimento desordenado das cidades, principalmente em países periféricos, origina vários problemas, principalmente no modo de produção do espaço urbano e em questões ambientais, pois as populações mais carentes tendem a ocupar regiões não adequadas à habitação, como encostas, margens de lagos e rios. Souza (2005) fala que o simples fato da população urbana aumentar em proporção e em tamanho absoluto, praticamente em qualquer escala que se considere, faz com que as atenções se voltem para os problemas urbanos. Ele ainda cita que em uma sociedade capitalista e principalmente em países em desenvolvimento, “os impactos ambientais são de difícil domesticação e resultam de uma necessidade de produzir cada vez mais [...]” (SOUZA, 2005, p. 94-95).

Isso torna evidente a dificuldade ou ineficiência da administração das cidades em lidar com os problemas ambientais decorrente dos processos de urbanização. Na área de estudo, ficou explícito que a ocupação inadequada e o uso indevido do entorno do lago vêm gerando diversos problemas, desde poluição fluvial visto que os córregos que deságuas no Lago nascem nos bairros vizinhos e os mesmos não possuem saneamento básico, a poluição pluvial onde a impermeabilização do solo intensifica o escoamento superficial que na região converge para o Lago da Perucaba levando consigo muito lixo, provocando cheias e inundações na orla.

A tendência para que esse fenômeno de cheias torne-se comum no local é muito grande, pois partindo do pressuposto da alta valorização da região e a chegada de empreendimentos para a mesma, com a instalação de novas áreas residências e segundo informações da Prefeitura Municipal a construção de um centro comercial, visando a acomodações de faculdades e redes de comercio, ou seja, diminuindo substancialmente o poder de infiltração do solo. Por isso ressalta-se a importância de recuperar a mata ciliar de ambientes hídricos para minimizar o carregamento de solo mediante sua exposição, essa constatação fica evidente do trabalho de Carvalho e Hernandez (2011) sobre a cota de inundação do Lago da Perucaba. Assim, é evidente que as práticas de parcelamento do solo sem levar em consideração que o ambiente trata-se de uma área vital para o desenvolvimento da vida a sua degradação interferem em diversos aspectos, ressalta-se também, a importância de se disciplinar os usos do solo em suas proximidades com área ambientais no caso APPs.

A partir das observações a zona rural compreende a maior porção do lago, e já que o aproveitamento da água para fins agrícolas não foi possível devido o teor de sais ali encontrados, a zona rural constitui-se como objeto principal de atuação do poder público local, pois essa abrange área onde será edificado os empreendimentos habitacionais e comerciais, visto que a mesma área foi incorporada ao perímetro urbano. Segundo Brito e Xavier (2010) todo entorno do Lago “estão inseridos em uma Área de Proteção Permanente - APP, através da Lei Municipal nº 2.221/2001”, e assim toda ação que implica na ocupação e uso do solo ou qualquer recurso natural da região estão sujeitas a referida lei.

O sistema solo além do desmatamento sofre com o processo de compactação e impermeabilização, fato característico de regiões urbanizadas (região que compreende a parte urbana) e voltadas à pecuária pelo pisoteio do rebanho, além do acúmulo de fertilizantes e insumos agrícolas, ou seja, o manuseio inadequado que interage e altera tal sistema. Teixeira e Botelho (1996) ressaltam que “as propriedades físicas do solo possuem um papel significativo para compreender a maior ou menor erodibilidade dos solos”, processo pelo qual a região poderá conviver, visto que a cobertura vegetal que é de fundamental importância para conservação pedológica e hídrica foi retirada por completo, ao passo que, nenhuma ação que venha mudar esse quadro estar sendo realizada ou planejada.

Desse modo, de acordo com os resultados da pesquisa o uso não apropriado do solo em trechos da margem da barragem, é resultado de uma não adequação à legislação ambiental associada às práticas de ordenamento e parcelamento territorial de fins econômicos. Nas proximidades da orla da represa, permanece ainda outro tipo de ação irregular que se encontra em desacordo com a lei que dispõe sobre o uso do solo no município de Arapiraca, que denota mudanças necessárias na adequação das normas de uso e ocupação deste espaço. Assim, todo processo de uso e ocupação ocorre através da íntima relação entre agentes organizadores do espaço, poder público, poderes econômicos e da sociedade em geral, que passam a ocupar e interagir em um determinado espaço, em detrimento as suas necessidades, sejam de residência ou praticas econômicas.

Essas formas de uso principalmente em bacias hidrográficas podem ser diversificadas segundo a finalidade que cada segmento da sociedade produzirá no local. Diante disso, torna-se necessário que estes usos obedeçam a critério de acordo com as leis que os regem. Daí, a relevância da adoção de áreas de APPs como unidade de planejamento e gestão, no entanto a dificuldade de planejamento para os usos desses espaços é recorrente, mediante a complexidade dessas regiões, por que cada forma de utilização possui uma demanda de esforços e investimentos necessária para a sua sustentação.

Assim a APA do açude de Arapiraca é um exemplo dessa complexidade, pois a área que concentra apresenta um apanhado de atividades, principalmente as de habitação, lazer e especulação imobiliária. O processo de açudagem se desenvolveu com a finalidade do consumo humano, trazendo consigo a crescente preocupação com os impactos ambientais no primeiro momento e posteriormente impactos sociais os quais geraram diversos problemas na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi diagnosticado, observa-se que a maior parte das inadequações quanto ao uso do potencial pedológico no entorno do Lago da Perucaba está relacionado à presença de desconformidades nas ocupações urbanas, mediante a ineficiência do poder público de dar condições dignas de moradias, bem como o destino da região caracterizada como de proteção ambiental para projetos e empreendimentos de vários setores do tipo industrial, residencial, de comércio e serviços, contribuindo para o processo de ocupação e degradação de nascentes, matas ciliares da Bacia do Rio Perucaba.

Por isso a discussão sobre a temática é válida e importante, à medida que não havendo uma real mudança na estratégia nas ações de planejamento e uso para, ou seja, fazer-se uma revitalização que leve em consideração o meio ambiente, o manejo adequado do solo, com ações visando um melhor aproveitamento hídrico sob a ótica de recuperação da vegetação nativa. Ocasionalmente no ponto de vista municipal e regional, a não tendência de agravamento desta situação, da barragem em si e do seu entorno através de uma ocupação planejada, já que o uso do solo atual tende a privilegiar os atores econômicos em detrimento dos interesses sociais e ambientais.

Avaliando esta perspectiva, ressalta-se a extrema importância de se conduzir o planejamento e a gestão da área, fazendo-se necessária pela complexidade que envolve o espaço geográfico e seus elementos constituintes e pelas inúmeras inadequações e conflitos de uso que se fazem presente no local.

REFERÊNCIAS

ARAPIRACA. **Lei Municipal nº 1966 de maio de 1997**. Cria a Área de Proteção Ambiental, adotando outras providências correlatas - Publicada e registrada no Departamento de Serviços Gerais da Secretaria de Administração em 09/05/1997.

_____. **Lei municipal nº 2.221 de 31 de dezembro de 2001**. Institui o Código Municipal de Meio Ambiente e dispõe sobre a administração do uso dos recursos ambientais e ordenação do uso do solo do território do município de Arapiraca. Publicada e registrada no Departamento de Serviços Gerais da Secretaria de Administração em 31/12/2001.

_____. **Lei nº 2424 de 23 de janeiro de 2006** - institui o PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA - PDPMA. Publicada e registrada no Departamento de Serviços Gerais da Secretaria de Administração em 23/01/2006;

BENATTI, José Heder. **Ordenamento territorial e proteção ambiental: aspectos legais e constitucionais do zoneamento ecológico econômico**.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira de 1988**;

BRASIL. **Lei federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 - Novo Código Florestal**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências;

_____. **Lei federal Nº 6.902 de 27 abril de 1981**. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Data da legislação: 27/03/1981 - publicado no DOU. De 28.4.1981;

_____. **Resolução CONAMA Nº 10 de 14 de dezembro 1988**. Dispõe sobre a criação das APAs. Data da legislação: 20/03/2002 - Publicação DOU nº 090, de 13/05/2002, págs. 67-68;

_____. **Resolução CONAMA Nº 302 de 20 de março de 2002**. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Data da legislação: 20/03/2002 - Publicação DOU nº 090, de 13/05/2002, págs. 67-68;

BRITO, Anderson Silva de, XAVIER, Rafael Albuquerque - **Avaliação da Qualidade da Água do Lago da Perucaba em Arapiraca-AL para a Prática da Balneabilidade**, 2010;

CARVALHO, Fernando Silva de, HERNANDEZ, Arthur de Oliveira, CARVALHO, Gustavo Silva de - **Estudos Hidrológicos de Cheias da Bacia da Perucaba com Ênfase a Cota de Inundação no Lago da Perucaba, Zona Urbana da Cidade de Arapiraca/AL**, 2011;

GUERRA, Antonio José Teixeira, BOTELHO, Rosângela Garrido Machado - **Características e Propriedades dos Solos Relevantes para os Estudos Pedológicos e Análise dos Processos Erosivos**, Anuário do Instituto de Geociências - V.19, 1996;

SANTOS, Rozely Ferreira dos - **Planejamento Ambiental: Teoria e Prática** - São Paulo: Oficina de Textos, 2004;

SERVILHA, Elson Roney - **As áreas de preservação permanente dos cursos d'água urbanos para a ordem pública**. Município de Campinas/SP / Elson Roney Servilha. -Campinas, SP: [s.n.], 2003;

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 192p.